

**VEÍCULO: Valor****Seção: Economia****Autor: Vera Saavedra Durão, do Rio****Data: 04/11/2009****Título: Vale capta US\$ 1 bilhão com bônus de 30 anos e estica prazo da dívida**

A Vale S.A. captou ontem US\$ 1 bilhão em bônus com vencimento em 2039. Os títulos têm cupom de 6,875% e serão vendidos a 98,564% do valor de face. Os bônus foram precificados com yield de 6,99% e spread de 265 pontos--base sobre o título de 30 anos do Tesouro Americano. A área de relações com investidores da Vale, que pela manhã baixou um comunicado ao mercado informando sobre sua intenção de fazer a emissão por meio de sua subsidiária integral Vale Overseas Limited, não tinha confirmado a colocação do papéis até o fechamento desta edição. Esta é a terceira colocação de títulos de 30 anos da Vale nesta década.

Os bancos coordenadores do lançamento foram Deutsche Bank, HSBC e JP Morgan. A operação recebeu classificação de risco Baa2 pela Moody's, BBB+ pela Standard&Poor's e BBB pela Fitch.

Segundo a Fitch, a nota sênior da Vale reflete sua posição de liderança em minério de ferro e níquel, bem com sua crescente presença em alumínio. A agência ressalta ainda a sólida posição de liquidez da companhia, que em 30 de setembro de 2009 tinha uma caixa de US\$ 13 bilhões e US\$ 22,3 bilhões de dívida total ajustada.

No curto prazo, a Vale tem uma dívida de US\$ 3 bilhões com vencimento entre 1º de outubro de 2009 e 31 de dezembro de 2010.

Segundo a nota oficial, os recursos obtidos na oferta serão usados para propósitos corporativos em geral. Para analistas consultados pelo Valor, a taxa (cupom) obtida na operação foi bastante atrativa. Pedro Galdi, da SLW, avalia que a Vale deve usar o dinheiro para pagar dívida a vencer de curto prazo ou para fazer um "colchão de liquidez", agora que o mercado está num bom momento, para tocar seus investimentos de 2010 que totalizam US\$ 12,9 bilhões.

Para os representantes de bancos estrangeiros os propósitos da captação devem passar pela rolagem da dívida ou quitação. A maioria destes profissionais descarta a possibilidade da Vale fazer uma aquisição. Apenas um analista, que não quis ser cotado, arriscou a possibilidade da Vale fazer adquirir a Copebras, uma empresa de fertilizantes fosfatados colocada à venda no Brasil pela AngloAmerican e avaliada entre US\$ 1 bilhão e US\$ 1,5 bilhão.

Ontem, ações e ADRs da Vale subiram na Bovespa e na bolsa de Nova York. Os ADRs ON tiveram alta de 0,69% terminando o dia cotados a US\$ 26,29 e os PNs, 1,38%, fechados a US\$ 23,54. As ações ON da companhia na bolsa brasileira tiveram elevação de 3,79%, cotada a R\$ 46,50 e a PNA (Vale 5) subiu 3,82%, atingindo R\$ 49,96.

**VEÍCULO: Valor****Seção: Finanças****Autor:** Bloomberg News, de Londres, Seattle, Washington e Cingapura**Data: 04/11/2009****Título: Índia compra 200 toneladas e ouro dispara**

Os preços do ouro bateram recorde ontem depois que o banco central da Índia comprou 200 toneladas do metal a partir do Fundo Monetário Internacional.

Os preços do ouro no mercado à vista subiram 4,14% no dia, para US\$ 1.083,20 por onça-troy no fechamento da Bolsa Mercantil de Nova York, segundo a CMA.



O recorde anterior era de US\$ 1.072 por onça-troy, alcançado em 14 de outubro. No ano, o metal já subiu 24,4%.

"Isso vai incentivar outros países e outros investidores, especialmente os indianos, que são grandes compradores sempre, e impulsionar o mercado", disse Leonard Kaplan, presidente da Prospector Asset Management.

Maior consumidor de ouro do mundo, a Índia adquiriu as 200 toneladas do metal junto ao FMI por US\$ 6,7 bilhões, num momento em que os bancos centrais de todo o mundo inteiro demonstram interesse cada vez maior em diversificar suas reservas, a fim de se proteger da contínua queda do dólar.

A transação, equivalente a 8% da produção mineral mundial anual do metal precioso, foi a primeira venda desse tipo realizada pelo FMI em nove anos e eleva a Índia para a posição de nono maior detentor de ouro entre os governos, segundo dados da empresa de pesquisa GFMS Ltd., sediada em Londres.

O país asiático detinha anteriormente 358 toneladas do metal, segundo os dados da GFMS.

A notícia foi "uma surpresa, porque todo mundo falava da possibilidade de a China ser o comprador", disse James Moore, analista da TheBullionDesk.com.

"A queda do dólar americano parece estar levando todos os BCs a fortalecer suas carteiras com ouro", disse N.R. Bhanumurthy, professor do Instituto Nacional de Finanças e Política Pública de Nova Délhi. "O ouro é uma reserva de valor segura comparativamente ao dólar americano."

A venda à Índia responde por quase metade das 403,3 toneladas que o Fundo concordou em vender em setembro como parte de um plano de respaldar suas finanças e conceder empréstimos a taxas reduzidas para países de baixa renda.

As nações asiáticas, que acumularam estoques de reservas cambiais desde a crise financeira de 1998, revelaram crescente interesse por diversificar seus ativos de modo a distanciar-se do dólar, que vem se depreciando no câmbio com outras moedas.

"A coisa mais importante é constatar que as pessoas querem ouro, mesmo a esses preços", disse Ghee Peh, diretor de pesquisa do setor minerador da UBS AG em Hong Kong. "Há boa sustentação para os preços por enquanto", apesar da alienação de ouro por parte do Fundo Monetário Internacional, disse ele.

A Índia comprou o ouro do FMI ao preço médio de cerca de US\$ 1.045 a onça, segundo disse em teleconferência um alto funcionário do Fundo. **(Claudia Carpenter, Pham-Duy Nguyen, Thomas Kutty Abraham e Kim Kyoungwha)**

**VEÍCULO: Valor**

**Seção: Economia**

**Autor: Empresas & Tecnologia**

**Data: 05/11/2009**

**Título: Usiminas investe em Cubatão para atender estaleiros e petroleiras**

A Usiminas começa a entrar no mercado de equipamentos e componentes para a indústria naval e petrolífera, dentro da estratégia de direcionar seu investimento nos próximos anos em produtos de alto valor agregado, em detrimento de semi-acabados, como placas de aço. A empresa anuncia hoje um investimento na construção de um complexo industrial em Cubatão (SP) para atender encomendas de fabricantes de plataformas de exploração do pré-sal e de estaleiros navais.

Ao todo, serão três unidades fabris. A principal, em conjunto com a Promon Engenharia, empresa de São Paulo, será uma fábrica de módulos para plataformas de petróleo, cujo cliente alvo é a Petrobras. Também serão construídas duas outras unidades - uma de blocos e outra de estruturas metálicas para a indústria naval. A empresa não quis divulgar o total a ser investido, mas apenas na produção de módulos serão aplicados em torno de US\$ 200 milhões.

A Usiminas deverá começar a atender encomendas em meados de 2011. Um módulo consumirá 2,5 mil toneladas de aço e demorará 18 meses para ser entregue. A fábrica da Usiminas poderá produzir 18 módulos simultaneamente. O complexo, que ficará dentro do site da usina de aço de Cubatão, ao lado do terminal portuário, em plena capacidade, consumirá de 120 mil a 150 mil toneladas anuais de chapas e bobinas de aço produzidas localmente e em Ipatinga (MG).

Da usina mineira virão chapas grossas produzidas com elevado grau de resistência para perfurações de petróleo em campos ultraprofundos. A empresa está investindo em ampliação da capacidade e terá um adicional de cerca de 350 mil toneladas desse produto em 2011.

"Hoje, 24% do aço que produzimos e que é vendido no mercado interno recebem agregação de valor. Nossa meta, com estes e outros investimentos, é elevar este percentual para 50% até 2015", afirmou o presidente da empresa, Marco Antonio Castello Branco. "O valor agregado diminui a facilidade com que o usuário pode substituir a Usiminas por importações. E o mercado de material semi-acabado está saturado", afirmou o executivo. O mercado interno atualmente responde por cerca de 70% das vendas da Usiminas e o externo, 30%. A empresa deverá comercializar este ano cerca de 6 milhões de toneladas, com queda de quase 20% comparado com 2008. A capacidade total de produção de aço bruto da Usiminas é de 9,5 milhões de toneladas.

De acordo com Castello Branco, o Brasil tem atualmente uma capacidade de produção de cerca de 43 milhões de toneladas de aço, ante um consumo da ordem de 18 milhões de toneladas. Isso faz com que a produção nacional dependa de exportações, em grande parte de material semi-acabado (placas e tarugos) em um momento em que o principal produtor e consumidor mundial, a China, contará ao fim do ano com um excedente de capacidade próximo a 200 milhões de toneladas.

O cenário para os próximos anos é ainda mais desalentador no mercado de baixo valor agregado, uma vez que novos atores devem ingressar na produção, como a usina da ThyssenKrupp CSA, no Rio de Janeiro, e futuramente a Vale, com mais três usinas anunciadas. A Usiminas conta com os investimentos em infraestrutura para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016 como atenuadores.

A empresa só deverá descongelar seu investimento na produção de semi-acabados se sentir que os ambiciosos projetos de infraestrutura serão realizados no país. A Usiminas está com um alto-forno parado, sem data prevista para reativação, e mantém em banho-maria a construção de uma usina em Santana do Paraíso (MG), empreendimento de mais US\$ 5 bilhões para fazer 5 milhões de toneladas por ano de placas, em duas etapas. "Vamos fazer, mas somente quando o mercado doméstico tiver condições de absorver pelo menos 80% da produção na forma de aço acabado - chapas grossas e laminados a quente e a frio". O executivo disse que não pode ficar exposto ao mercado internacional. "É um grande risco."

A Petrobras é a principal razão de ser dessa nova investida da Usiminas na indústria naval e de offshore. Além do projeto em Cubatão, a Usiminas deverá ainda montar um Centro de Pesquisas em Aço no Rio. Deverá ser erguido ao lado do Centro de Pesquisas da Petrobras, na ilha do Fundão, na capital, para o desenvolvimento de tecnologia de produtos da indústria petrolífera. Ela investirá nessa empreitada um total entre R\$ 12 milhões e R\$ 15 milhões.

Também vinculado ao crescimento da Usiminas Mecânica é o investimento orçado em R\$ 45 milhões para aumentar sua capacidade na fundição e forja de peças com até 70 toneladas de peso. Com a reestruturação da subsidiária, comandada por Guilherme Muylaert, foram montadas na empresa duas superintendências: uma voltada para sua expansão no setor petróleo e de gás e outra para o negócio siderúrgico, como a montagem das várias etapas de uma usina de aço.

Os novos investimentos na Usiminas Mecânica, segundo Muylaert, diretor-superintendente da companhia, vão fazer com que a empresa realize a construção de empreendimentos no sistema "turn-key". "A ideia é vendermos a solução completa, envolvendo desde a construção civil de uma obra até a montagem completa de equipamentos, como aciaria de uma siderúrgica", disse o executivo.

A estratégia da Usiminas é até 2015 triplicar o faturamento da subsidiária, que no ano passado obteve R\$ 1,2 bilhão, em torno de 8% da receita líquida total do grupo, que entre janeiro e setembro deste ano alcançou R\$ 7,94 bilhões. "Essa é a meta que passo ao Muylaert", informou Castello Branco. Ele quer também que a empresa conserve margem do resultado operacional em torno de 20%, uma referência para o setor de bens de capital. A Usiminas Mecânica, atualmente, atua em cinco segmentos de negócios. Dois novos vêm se juntar a eles.

**VEÍCULO: Valor**

**Seção: Primeira Página**

**Autor: Vera Saavedra Durão, do Rio**

**Data: 05/11/2009**

**Título: Mineradora retoma projeto com novo sócio**

No dia 27 de agosto, a Vale relançou com pompa e circunstância o projeto de instalação de uma usina siderúrgica em Ubu, distrito industrial de Anchieta, município do Espírito Santo. O anúncio foi feito em cerimônia oficial no Palácio Fonte Grande, residência oficial do governo estadual, em Vitória, na presença do governador Paulo Hartung e seu secretariado. O fato ocorreu exatamente oito meses e onze dias após a Vale e a Baosteel, a maior siderúrgica da China, terem comunicado à Hartung a desistência do projeto de construção da Companhia Siderúrgica de Vitória (CSV).

Quando retomou o empreendimento, em meados deste ano, após a liquidação da CSV, a Vale estava sozinha e buscava um novo sócio. O anunciado casamento com o grupo

indiano vai unir o útil ao agradável. A maior siderúrgica do mundo tem planos de crescer no Brasil e já tem a ArcelorMittal Tubarão, localizada no município de Serra, na grande Vitória. Qualquer outra parceira da Vale atropelaria os planos de expansão de Lakshmi Mittal no país, pois ele teria um concorrente no seu quintal. Tudo indica que o futuro empreendimento está fadado ao sucesso, já que conta com a benção do Palácio do Planalto. Será difícil um retrocesso nesse negócio de dois gigantes, como aconteceu com o projeto da CSV.

O empreendimento da siderúrgica de Vitória, estimado em 2008 em US\$ 5 bilhões, foi vetado por Hartung em novembro daquele ano sob a alegação de que a região do distrito industrial de Ubu tinha problemas de fornecimento de água (uma usina de aço é consumidora intensiva de água) e enfrenta forte poluição no ar por saturamento industrial. Inicialmente, o governador havia concordado com a edificação da CSV em Ubu, local escolhido pela Vale e pela Baosteel por conta de sua infraestrutura logística e da proximidade com a Samarco, pelletizadora onde a Vale é sócia, e com a Estrada de Ferro Vitória a Minas, também controlada pela mineradora brasileira. O governo capixaba insistiu no veto e chegou a oferecer municípios alternativos para o projeto, o que foi recusado pelas sócias.

Em comunicado divulgado em 16 de janeiro, Vale e Baosteel informaram sua opção por liquidar o projeto, não acatando a sugestão de Hartung de tocarem a obra em outro município. O desencadeamento da crise global que derrubou o preço das commodities no mundo inteiro fortaleceu a ideia de cancelamento do projeto. O veto estadual funcionou como uma "ducha de água fria" no entusiasmo da Baosteel. Em 2005, o grupo chinês, também em parceria com a Vale, teve um projeto siderúrgico previsto para São Luiz, no Maranhão, reprovado pelo governo local sob alegação de problemas ambientais. Escaldada, a Baosteel chegou a dizer na época que estava desistindo de investir no Brasil.

A Vale, no entanto, pressionada pelo Planalto para inundar o país de usinas de aço, voltou pouco tempo depois da liquidação da CSV a contatar o governo capixaba com a meta de ressuscitar o projeto da siderúrgica em Ubu. Para evitar os problemas ambientais assinalados anteriormente, a mineradora propôs usar água do mar em processo de desalinização para abastecer a futura usina, já que o rio Beneventes, que banha o distrito industrial de Ubu, já tem reserva de domínio. O investimento está previsto em US\$ 4,5 bilhões, para produção de 5 milhões de toneladas de placas de aço ao ano.

No intento de atender aos desejos do presidente da República, a Vale, incluindo a siderúrgica de Ubu, está investindo US\$ 17,4 bilhões em quatro projetos de aço, que vão injetar 20 milhões de toneladas na capacidade de produção do Brasil, hoje em torno de 41 milhões de toneladas. A ThyssenKruppCSA, o maior investimento siderúrgico, de US\$ 7 bilhões, dos quais US\$ 2 bilhões da Vale e US\$ 5 bilhões dos alemães da ThyssenKruppSteel, será inaugurada no primeiro semestre de 2010, ainda no governo Lula. A usina de Pecém, no Ceará, da Vale com a coreana DongKuk, estimado em US\$ 3,3 bilhões, inicia obras de terraplanagem em dezembro. A Alpa-Aços Laminados do Pará, reivindicação política da governadora Ana Julia Canepa (PT),

no município de Marabá, vai custar US\$ 2,6 bilhões e deve começar a operar em novembro de 2013.

**VEÍCULO: Estado de São Paulo**

**Seção: Economia**

**Autor: Nicola Pamplona**

**Data: 10/11/2009**

**Título: Petrobras admite voltar à mineração**

Gabrielli, no entanto, diz que exploração de mina de potássio no Amazonas depende de avaliação de consultoria

O presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, afirmou ontem que qualquer decisão sobre a mina de potássio de Fazendinha, no Amazonas, dependerá da avaliação feita por consultoria que está sendo contratada pela estatal. O executivo não negou a possibilidade de a estatal voltar a atuar na mineração, como quer o governo, mas disse que é cedo para qualquer decisão nesse sentido.

"Não podemos decidir nada enquanto não finalizarmos uma avaliação", disse Gabrielli, em entrevista após palestra no Clube de Engenharia do Rio. A empresa está concluindo processo licitatório para contratar empresa especializada para análise técnico-econômica da jazida, descoberta na década de 70, mas abandonada por falta de economicidade na época. O trabalho vai focar aspectos econômicos e alternativas de produção do potássio.

As reservas, estimadas inicialmente em 1,1 bilhão de toneladas, estão no município de Nova Olinda do Norte, na região do Baixo Rio Madeira. O Brasil importa atualmente 92% do potássio que consome e, diante da escalada dos preços internacionais, há grande pressão do governo, principalmente do Ministério da Agricultura, para retomada das atividades na região, que pode conter a terceira reserva mundial do mineral. O argumento é que, se quiser manter o posto de grande supridor mundial de alimentos, o Brasil precisa ser independente no abastecimento de insumos essenciais, como os fertilizantes. Além do potássio, a produção de fertilizantes demanda fosfato - 50% importado pelo Brasil - e amônia e ureia, que podem ser extraídos do gás natural.

Os defensores da mineração na Amazônia dizem que a produção de fertilizantes vai contribuir para melhorar a produtividade nas terras já aradas, reduzindo o desmatamento. A bacia se estende por mais de 400 quilômetros na região do encontro dos Rios Madeira e Amazonas.

Em reportagem publicada domingo, o Estado informou que a mineradora Potássio do Brasil, de capital canadense, trabalha para iniciar, ainda este mês, o primeiro poço exploratório na bacia de potássio da Amazônia em mais de 30 anos. A empresa aguarda a sonda de perfuração, que está no Chile, para iniciar as atividades. Se confirmar o potencial da jazida, prevê investimento de US\$ 2,5 bilhões nos próximos sete anos.

A Potássio do Brasil pertence ao mesmo grupo da Falcon Metais, que venceu concorrência da Petrobrás para a transferência da mina de Fazendinha. O processo, porém, foi suspenso no fim do ano passado, em um claro sinal de que o governo pretende manter soberania sobre a exploração do mineral. Logo após o destrato, a Falcon adquiriu três concessões vizinhas à da Petrobrás, onde a Potássio do Brasil iniciará a pesquisa.

**VEÍCULO: Valor****Seção: Economia****Autor:** Vera Saavedra Durão, do Rio**Data:** 17/11/2009**Título: Vale fecha acordo salarial no Brasil**

Enquanto trava uma queda de braço com os mineiros da ValeInco no Canadá, parados há quatro meses, a Vale fechou semana passada, sem nenhum incidente, as negociações trabalhistas com a maioria dos 46 mil empregados de suas operações no Brasil, cuja data base é novembro.

"As assembleias ocorreram na normalidade e na média 92% dos trabalhadores aprovaram a proposta da empresa", informou Jorge Luiz Campos, presidente do SindMinas do Rio de Janeiro, secretário geral da Rede Vale Brasil e secretário de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral, ligado à CUT. Ao todo, a Vale negociou com 15 sindicatos espalhados por oito estados e filiados a três centrais sindicais: CUT, Força Sindical e ComLutas.

A proposta que a Vale apresentou aos trabalhadores foi de reajuste salarial de 7% (inflação do INPC mais ganho real) para 2009 e 2010 e abono de R\$ 1.200 para todos os trabalhadores com vigência a partir de novembro de 2009 e a partir de novembro de 2010. O cartão de alimentação de R\$ 240 vai passar para R\$ 320 em 2009 e sobe R\$ 350 na data base de 2010. O piso salarial que era de R\$ 856 passa para R\$ 930 este ano e, em novembro de 2010, atinge R\$ 1 mil. A oferta foi em contraproposta ao pedido dos empregados de reajuste de INPC de doze meses mais 15% de aumento real, piso salarial de R\$ 2.104 e cartão alimentação de R\$ 820, valor médio da cesta básica calculada em pesquisa do DIEESE.

Paulo Soares, do Metabase de Itabira, ligado à ComLutas, disse que a maioria aprovou a proposta da Vale porque estava preparada para um enfrentamento muito duro com a empresa este ano, já que ela vinha cortando benefícios desde o início da crise global. "Havia uma expectativa (da nossa corrente sindical) de que a Vale iria cortar o resto dos nossos benefícios. Mas, isso não ocorreu porque ela já está enfrentando duas crises, a greve dos mineiros no Canadá, que vem criando um mal estar internacional para a empresa, e a turbulência com o governo, o que levou a Vale a recuar nesse processo de endurecimento conosco. Daí a empresa não cortou o que achamos que ela ia cortar, o que nos favoreceu", disse Soares.

Para o sindicalista do MetaBase de Itabira, "este acordo selado agora não tem cor. É que nem água. A gente bebe para matar a sede, mas continua com sede. Na verdade, continuamos onde estamos há dois anos. Essa é a avaliação que faço deste processo."

Antes de terminar o ano a Vale terá de enfrentar mais uma rodada de entendimentos com os funcionários brasileiros. Os sindicalistas preparam-se para negociar com a empresa a participação deles nos lucros da companhia. "Até agora eles (Vale) não disseram nada, se vão negociar ou não", informou Campos, do SindMinas -RJ. Nos cálculos dos representantes sindicais, a Vale deve fechar 2009 com um lucro entre R\$ 11 bilhões a R\$ 12 bilhões. No quarto trimestre é esperado lucro líquido de R\$ 4 bilhões. "Esse é um lucro extraordinário. Vamos aproveitar para pedir 8% do lucro líquido, sendo 4% linear e os restantes 4% proporcionais de acordo com o salário de cada um. Esse promete ser um grande embate", diz Soares.

**VEÍCULO: Valor****Seção: Economia****Autor:** Por Fernando Torres, de São Paulo**Data:** 10/11/2009**Título: Vale passou por um teste de governança, diz Agnelli**

Presentes no mesmo evento público na tarde de ontem, o presidente da Vale, Roger Agnelli, e o presidente da Previ e do conselho de administração da mineradora, Sérgio Rosa, tentaram passar a mensagem de que está superado o recente episódio em que membros do governo, incluindo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criticaram publicamente decisões da empresa.

Ao falar sobre a discussão internacional que ocorre hoje sobre até que ponto o Estado deve intervir na economia, Agnelli disse que o sistema de governança da companhia "passou por mais um teste" recentemente.

Ele negou que tenha sofrido pressão política e elogiou o comportamento dos fundos de pensão que são acionistas da companhia durante esse período, mas reconheceu que faz parte do papel do governo cobrar e que os interesses da maior empresa privada do Brasil não podem ser contrários aos da sociedade.

Os comentários de Agnelli foram feitos durante o 10º Congresso Brasileiro de Governança Corporativa, organizado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Sobre o mesmo tema, Rosa disse que a Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil) tem sua governança própria e seu conselho, mas também defendeu o direito do governo de opinar sobre um setor de atividade econômica, uma vez que também tem suas responsabilidades. "Estão querendo cassar o direito das pessoas de se pronunciar", afirmou Rosa, ao ser questionado sobre se esse tipo de manifestação pública atrapalharia a governança da mineradora.

Durante sua palestra no Congresso, Agnelli fez diversas referências à exposição feita minutos antes pelo presidente da Previ.

Ao responder a uma pergunta da plateia sobre como é a remuneração dos conselheiros da Vale, Agnelli disse que é toda fixa, mas que poderia haver mudanças, se dirigindo diretamente a Sérgio Rosa. "Deveria ter remuneração variável também. Mas com parcimônia", afirmou o presidente da mineradora.

Em relação à negociação de preços do minério de ferro com os chineses para o ano que vem, Agnelli se limitou a dizer que as negociações ainda não começaram, mas que o mercado está bom. Questionado então se as conversas de 2010 seriam mais tranquilas, ele emendou: "As negociações com os chineses nunca são tranquilas, sempre são cheias de emoções".

**VEÍCULO: Valor**

**Seção: Economia**

**Autor: Sergio Leo, de Brasília**

**Data: 19/11/2009**

**Título: Vale fará investimento de US\$ 4 bilhões no país vizinho**

Às vésperas da reunião entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Argentina, Cristina Kirchner, para discutir as barreiras comerciais entre os dois países, o governo brasileiro deu uma mostra da ameaça que conflitos comerciais podem levar a setores sensíveis do país vizinho: desde sábado, começaram a ser detidos nas fronteiras caminhões com automóveis utilitários de fabricação argentina. Só ontem começaram a ser liberados os cerca de 80 caminhões-cegonha detidos pela alfândega. Em outra demonstração, esta positiva, Cristina foi informada de que a Vale investirá quase US\$ 4 bilhões na exploração de potássio das reservas argentinas.

A reunião, que foi antecedida de reclamações por parte dos argentinos, devido às barreiras comerciais levantadas em outubro pelo Brasil, terminou com discursos de ambos os presidentes defendendo o Mercosul e classificando de "pontuais" os problemas no comércio. Na prática, continuam valendo as exigências de licenças prévias não automáticas para vários produtos no comércio entre os dois países. Mas, como antecipou ontem o Valor, ambos se comprometeram a respeitar o prazo de 60 dias para liberação das licenças. Decidiram, ainda, uma intensa agenda de encontros de presidentes e ministros.

Os empresários que participaram do almoço criticaram a manutenção das barreiras comerciais na Argentina, mas mostraram esperanças de que o país evite novas medidas arbitrárias e passe a respeitar o prazo máximo de 60 dias. O governo brasileiro ainda tem a expectativa de reduzir gradualmente as exigências de licenças prévias. "É impossível resolver questões como essas em quatro horas", argumentou o ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, que insiste em negociar um cronograma com os argentinos, para remoção das barreiras ao comércio.

Logo no início das reuniões técnicas, ontem, a retenção de caminhões, com picapes Toyota HiLux, foi mencionada pelo diretor internacional de Relações Econômicas argentino, Alfredo Chiaradia, que acusou o Brasil de uma "escalada" no protecionismo, envolvendo o importante setor automotivo, que representa 40% do comércio bilateral.

O secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Welber Barral, minimizou o incidente, dizendo que o caso nada tinha a ver com as licenças automáticas e a retenção havia ocorrido devido a acusações (não comprovadas) de que as caminhonetes estariam desobedecendo as normas de origem do Mercosul.

Ontem, havia 120 pedidos de licença em análise, e seriam liberados, garantiu Barral a Chiaradia. Os argentinos pareciam conformados com a explicação, à saída das negociações, que começaram às 8h e avançaram durante o almoço dos presidentes. Chiaradia pediu aos brasileiros compreensão para o "momento político", indicando que as pressões do setor privado reduzem a margem de manobra do governo de Cristina Kirchner.

A decisão de investimento da Vale foi saudada, sem menção ao nome da empresa, pela presidente Cristina Kirchner, que, ao discursar durante o almoço, comentou que uma "grande empresa" brasileira estava prestes a anunciar "grandes investimentos" no país. À tarde, a Vale emitiu nota confirmando a decisão, ainda a ser submetida ao Conselho de Administração da empresa - o que, segundo interlocutores do governo, é uma formalidade. O assessor internacional de Lula, Marco Aurélio Garcia, apontou os investimentos da companhia como um exemplo do interesse do Brasil em estimular a "integração produtiva" entre os dois países, apontada por Lula como a única forma de superar os recorrentes conflitos comerciais entre ambos.

Os investimentos da Vale são os maiores de uma empresa brasileira na Argentina, equivalentes a mais da metade dos US\$ 7 bilhões investidos por companhias brasileiras no país nos últimos seis anos. O chamado projeto Rio Colorado, na província de Mendoza, começará em 2010 e deve estar em produção a partir de 2013. Incluída no plano estratégico da empresa e parcialmente financiada pelo BNDES, prevê instalações para extração de 2,4 mil toneladas de cloreto potássio, construção de um ramal ferroviário de 350 km, instalações portuárias e uma usina termelétrica.

"Nossa resposta à crise deve ser mais comércio e investimentos, mais negócios e integração produtiva", discursou Lula, que fez uma crítica direta às medidas argentinas. "O protecionismo não é solução." Cristina reconheceu a superioridade da economia brasileira, como argumento para defender maior flexibilidade do governo Lula com as demandas argentinas. Lembrou que as Aerolíneas Argentinas decidiram comprar 20 aviões EMB 190 da Embraer e afirmou que o superávit do Brasil com a Argentina ajuda a compensar o déficit que o Brasil tem no comércio de manufaturados com outros países.

Ela repetiu a palavra "inteligência", ao afirmar que os dois governos teriam de ter "suficiente inteligência" para superar "pequenas dificuldades" em favor da "relação

estratégica". "Nós, argentinos e brasileiros não podemos ser tão néscios (estúpidos) de não nos darmos conta do caráter de associatividade que temos de ter."

A solução prática dos recorrentes atritos comerciais, porém, ficou para os ministros. Os presidentes decidiram reduzir o prazo entre suas reuniões, de seis meses para três, e determinaram que os ministros de Relações Exteriores, de Economia e de Comércio se reúnam a cada 45 dias para decidir sobre os problemas no relacionamento bilateral.

**VEÍCULO: Correio Braziliense****Seção: Economia****Autor: France Presse****Data: 19/11/2009****Título: Produção mundial de aço volta a subir graças à China**

A produção mundial de aço recuperou o impulso no mês de outubro, com um aumento de 13,1% interanual, estimulada pela China, anunciou nesta sexta-feira a federação mundial World Steel Association (WSA).

Saiba mais...

[Gerdau estuda incorporar Aços Villares. Produção brasileira de aço bruto cresce 1,5% em setembro](#)

Os 66 países membros da federação mundial de aço produziram em outubro um total de 112 milhões de toneladas, nível mensal mais elevado desde o início do ano e 13,1% superior ao montante registrado em outubro de 2008.

"É o segundo mês consecutivo a mostrar um índice de crescimento positivo desde setembro de 2008", indicou a federação em um comunicado.

Em setembro, a produção mundial cresceu 1%, a 108,8 milhões de toneladas - resultado muito melhor que a queda de 0,6%, como esperava a WSA.

A recuperação da produção de aço se deve principalmente à China, de longe o maior produtor do mundo, que em outubro fabricou 51,7 milhões de toneladas, nível 42,4% maior na comparação interanual.

**VEÍCULO: Valor****Seção: Empresa e Tecnologia****Autor: Vera Saavedra Durão****Data: 23/11/2009****Título: Mineradoras de ferro de Minas lutam por um porto no Rio**

Minas tem minério mas não tem mar, o que torna o escoamento do produto uma dor de cabeça para pequenas e médias empresas de mineração do Estado. Para resolver o

nó logístico, 12 mineradoras lutam há três anos, com o apoio do governo estadual, para ter um terminal portuário no Rio, em Itaguaí. "Esta seria a melhor saída para este impasse e poria fim a nossa dependência da concentração logística das grandes empresas do setor, como Vale e CSN", disse ao Valor José Francisco Viveiros, presidente da ArcelorMittal Serra Azul, mineradora de propriedade do maior grupo siderúrgico mundial, comandado pelo indiano Lakshmi Mittal.

Recentemente, as mineradoras, lideradas pela Associação dos Mineradores de Serra Azul (Amisa), também presidida por Viveiros, marcaram um tento nesta briga ao conseguir através da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) garantir direito de passagem na ferrovia MRS, que controlada por Vale, CSN, Usiminas e Gerdau. Já planejam adquirir composição ferroviária própria para levar o minério de ferro até o porto fluminense. "A batalha agora é pelo terminal portuário de Itaguaí", anunciou Paulo Sérgio Machado Ribeiro, subsecretário de Desenvolvimento Mineral-Metalúrgico e Política Energética da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas (SEDE).

O presidente da Companhia Docas do Rio, Jorge Mello, responsável por licitar a área portuária, disse ao Valor que o edital e a licitação foram adiados para março ou abril de 2010, um atraso de quatro meses em relação a janeiro, data fixada anteriormente com o governo mineiro. Ele explicou que o atraso ocorreu "porque o projeto caiu em exigência ambiental no Instituto Estadual de Ambiente (Inea)". Ele reconhece que a exigência do Inea vai atrasar o processo. "Só na execução do EIA-Rima pedido vamos gastar três meses", estimou. Depois de apresentar o documento, terá audiência pública para obter o licenciamento.

"Estamos doidos para fazer o leilão do terminal, mas temos que cumprir a exigência", afirmou Mello, adiantando que o edital já está pronto para ser publicado. Segundo ele, este será o primeiro terminal de uso público do país para granéis e as empresas interessadas poderão se organizar em consórcios para disputá-lo.

Julio Bueno, secretário de Desenvolvimento do Rio, disse que vai assegurar que as pequenas exportadoras de minério de Minas possam exportar por Itaguaí. "É um compromisso do nosso governo", afirmou. O secretário vetou, em 2008, projetos de terminais portuários da ArcelorMittal e da BHPBilliton no litoral fluminense, alegando razões ambientais.

A notícia do atraso do edital e da licitação do terminal não agradou ao governo mineiro. "Estou com reunião marcada com o presidente da Docas do Rio para o início de dezembro. Vamos conversar e definir a data para a publicação do edital e da licitação. Já tem um acerto entre nós que isto (o terminal) vai sair, agora só falta a data. O assunto para nós é prioritário", declarou o subsecretário da SEDE.

O presidente da Amisa lembrou que desde 2006 as sócias da entidade aguardam este leilão. A associação, que reúne mineradoras conhecidas como AVG/MMX, Arcelor Mittal Mineração, Minerita, Usiminas, Ferrous Resources, Comisa e GVA Mineração, torce para que o terminal marítimo saia do papel em 2010. Ele será o primeiro porto

de uso público do país para minério de ferro, localizado numa área denominada "do meio", entre os terminais da CSN e da Vale. "É da maior importância a instalação de um corredor ferroportuário para desengargalar as exportações e os de investimentos dos pequenos mineradores de Minas. Sem uma saída independente, as mineradoras de Serra Azul podem deixar de investir US\$ 5 bilhões para expandir suas minas", alertou Viveiros.

Atualmente, os embarques das "mineradoras sem portos" são feitos nas "janelas disponíveis" dos terminais arrendados pela Vale e CSN. O fato torna as empresas mineiras totalmente dependentes de suas concorrentes que impõem volumes, condições operacionais e tarifas portuárias e ferroviárias, diz o executivo da Arcelor Mittal.

Mello, da Docas do Rio, disse que Vale e CSN só aceitam embarques de minério de terceiros porque isso lhes foi imposto por Docas e pela Antaq. "Criamos condições nos contratos das duas companhias para que elas abrissem espaço para outras mineradoras. Inicialmente, seus contratos não previam isso", informou. Os aditivos determinam os volumes que Vale e CSN têm que dispor anualmente para potenciais usuários. O contrato da Vale fixa volume correspondente a 15% do que exportou para seus clientes no ano anterior. Em 2010, isso vai corresponder a 2,1 milhões de toneladas. Já o da CSN tem volume fixo de 2 milhões de toneladas/ano.

Esse volumes são considerados insuficientes para as empresas mineiras exportarem sua produção de 7 milhões de toneladas ao ano. O máximo que conseguem embarcar são 5 milhões de toneladas de minério, argumentam.

Viveiros disse que as associadas se sentem desconfortáveis. "Somos controlados por nossos concorrentes, já que os terminais portuários da Vale e da CSN nos impõem volume e tarifa que convém a eles". A Vale acaba de soltar edital fixando tarifa mínima de US\$ 13,57 a tonelada embarcada por terceiros em Itaguaí, para 2010. O terminal da CSN cobra US\$ 12,63.

Com a licença de passagem na ferrovia da MRS e o terminal público de Itaguaí operando, a despesa de logística dessas mineradoras com transporte e embarque cairia dos atuais US\$ 40 para US\$ 25 a tonelada. Isso, alegam, criaria condições para expandirem sua capacidade no momento em que o mercado de ferro volta a se aquecer.

**VEÍCULO: Estado de São Paulo**

**Seção: Economia**

**Autor: Estadão**

**Data: 25/11/2009**

**Título: Líder iraniano rejeita plano da AIEA para urânio**

O governo iraniano anunciou ontem oficialmente que se recusa a enviar 75% de seu urânio de baixo enriquecimento (1.200 quilos) para ser processado em duas etapas, na

Rússia e na França, ao longo de 18 meses. A resposta frustrou os termos da proposta de Viena, apresentada no mês passado por EUA, França e Rússia, na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Até então, parlamentares, ministros iranianos e até o presidente Mahmoud Ahmadinejad manifestavam publicamente oposição ao acordo, sem deixar claro, contudo, se isso refletia a posição final de Teerã

Em La Paz, Ahmadinejad e o presidente da Bolívia, Evo Morales, criticaram os EUA, selaram aliança "anti-imperialista" e assumiram compromisso de usar a energia nuclear para fins pacíficos, apesar da preocupação das potências ocidentais com o programa atômico iraniano.

**VEÍCULO: Jornal do Brasil****Seção: Economia****Autor: JB****Data: 25/11/2009****Título: Petrobras apresenta projetos para fertilizantes**

BRASÍLIA - O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, informou terça-feira que a Petrobras apresentou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros seus projetos para a área de fertilizantes. Ele prevê para daqui a 15 dias uma nova reunião com o objetivo de discutir o marco regulatório para a exploração de potássio.

Segundo o ministro, a estatal fará uma nova planta em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, e tem projetos também para Linhares, no Espírito Santo, e Sergipe, onde já possui uma fábrica de ureia.

– O governo está extremamente preocupado em tratar de uma questão estratégica que é o setor de fertilizantes, que como todos sabem somos altamente dependentes das importações, somos vulneráveis nessa questão – afirmou o ministro em um intervalo da reunião na qual também participaram a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli.

– O primeiro projeto em Três Lagoas já está todo planejado, mas seriam três plantas – disse Stephanes, sem dar detalhes.

O ministro lembrou ainda que o Brasil importa 71% dos fertilizantes que precisa e, com os projetos da Petrobras, “

**VEÍCULO: Valor****Seção: Economia**

**Autor:** Danilo Fariello

**Data:** 25/11/2009

**Título:** Brasil pode dominar todo o processo do urânio até 2014

O Brasil poderá ser autossuficiente em todo o processo de extração e enriquecimento de urânio em 2014, um ano antes de entrar em operação da usina de Angra 3. Para tanto, as Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e a Marinha pleiteiam com a União e parlamentares aumento no orçamento das pesquisas nucleares. Segundo Alfredo Tranjan Filho, presidente das INB, se houver recursos suficientes, o Brasil não apenas poderá se tornar autossuficiente no setor nuclear como, futuramente, respeitados os tratados internacionais, até exportar urânio enriquecido.

Hoje o Brasil exporta o urânio extraído da jazida de Caetité (BA) para o Canadá, onde ele é transformado em gás e parte para a Europa, onde é enriquecido e retorna para o país. Nos últimos dias, por exemplo, chegou um navio com urânio enriquecido no porto do Rio, de onde partiu para Resende. Lá ficam as instalações das INB.

O Brasil começou recentemente a enriquecer urânio, mas ainda em escala pequena. Para o projeto avançar, há emendas parlamentares de mais de R\$ 100 milhões para investimentos no desenvolvimento da autonomia brasileira de processamento de combustível nuclear. Outros R\$ 25 milhões podem ser destinados à Marinha, que domina a tecnologia e trabalha na construção de um submarino movido a energia nuclear. Ontem, foi criada em Brasília a frente parlamentar mista em defesa do Programa Nuclear Brasileiro (PBM), para defender mais recursos a essas pesquisas.

O governo tem projetos para construir dois complexos nucleares. O primeiro, para começar a gerar energia elétrica a partir de 2019, será alocado no Nordeste. O segundo, no Sudeste, começará a operar em 2023, segundo o Plano Nacional de Energia.

Para Leonam dos Santos Guimarães, executivo da Eletronuclear, é grande a expectativa de que se cresça a participação das nucleares no Plano Nacional de Energia até 2035, assim como de que se busquem novos parques geradores nucleares. Segundo Paulo Altaur Pereira Costa, secretário-adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, no médio prazo, a expansão das hidrelétricas ainda deve receber os investimentos mais intensos para geração. "Mas, no longo prazo, temos de avaliar as várias fontes disponíveis e tenho certeza de que a energia nuclear vai ganhar importância", comenta.

Militantes do setor - que enfrenta forte oposição de ambientalistas -, defendem o fato de as nucleares serem menos poluentes e os investimentos em segurança serem suficientes para evitar acidentes de maior magnitude. Para ambientalistas, porém, o risco é alto.

Segundo Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a autossuficiência no urânio brasileiro é um desejo e sobre ele há grande expectativa. A

perspectiva na exportação de urânio enriquecido é, principalmente econômica, já que o Brasil já exporta o minério em pó (conhecido como "yellow cake"). Tranjan, da INB, deixa claro, porém, que o tema tem de ser avaliado com cautela pelo governo e que só poderá ser exportado o excedente do consumo nacional, desde que avaliados os compradores e respeitadas as condições da Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea).

**VEÍCULO: Valor**

**Seção: Empresa e Tecnologia**

**Autor: Ivo Ribeiro**

**Data: 25/11/2009**

**Título: CSN estréia no negócio de carvão na África**

Com situação financeira confortável em comparação às demais fabricantes de aço e com ambição de se tornar a quarta maior mineradora de ferro do mundo até 2013, a Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), do empresário Benjamim Steinbruch, dá o primeiro passo para se internacionalizar no setor de mineração. Ontem, a empresa informou que adquiriu 14,99% da companhia australiana Riversdale Mining Ltd., uma produtora de carvão mineral com ativos na África do Sul e Moçambique.

De acordo com comunicado feito ao mercado, a CSN adquiriu 28.750.598 ações e pagou 6,10 dólares australianos por papel da Riversdale, que é listada na Bolsa de Valores da Austrália. Isso corresponde a desembolso de 175 milhões de dólares australianos. Agora, a siderúrgica brasileira pleiteia aprovação governamental relativa a investimento estrangeiro para adquirir mais 1,3% (2.482.729 ações), totalizando 16,3% do capital da mineradora.

O negócio representa a entrada da CSN no negócio de carvão, atitude que a Vale também tomou alguns anos atrás e atualmente desenvolve uma grande mina (Moatize) em Moçambique, além de operações na Austrália.

Segundo a Link Investimentos, se acertar a compra dos 16,3%, a CSN vai desembolsar o equivalente a US\$ 175,5 milhões, com um prêmio de 6,6% sobre a cotação de 5,72 dólares australianos do papel. Observa, no entanto, que o valor pago é relativamente baixo para a CSN, que no fim do terceiro trimestre tinha um caixa de quase R\$ 9 bilhões e que isso não deve alterar a liquidez da companhia.

O relatório informa que a Riversdale, com investimentos na mineração de carvão metalúrgico e térmico nos dois países, tem um grande projeto de crescimento e possui caixa disponível para crescer ainda mais. Lembra que com a operação, a CSN busca verticalizar suas operações nesse segmento da mineração, o qual proporciona boas margens. "Aparentemente, é um movimento bastante interessante por parte da siderúrgica".

Atualmente, além de aços planos, a CSN é produtora de minério de ferro, com ativos no Estado de Minas (Casa de Pedra e outras jazidas), começou a fazer cimento, tem

mina de estanho, é geradora de energia elétrica e térmica), detém participações em duas ferrovias e opera um terminal portuário. Na siderurgia, opera duas laminadoras no exterior: uma nos EUA e outra em Portugal.

O sonho de Steinbruch é montar uma mineradora de ferro com produção de 90 milhões a 100 milhões de toneladas por ano. Seu próximo passo, até o fim deste ano, é separar o negócio de mineração, podendo vender no mercado uma parte do capital. Há um ano, vendeu 40% da Namisa e embolsou US\$ 3,1 bilhões.

**VEÍCULO: Estado de São Paulo**

**Seção: Economia**

**Autor: Irany Tereza**

**Data: 27/11/2009**

**Título: Vale e Aço Cearense planejam usina de US\$ 750**

Empresas assinam memorando para construção de uma laminadora de aço no Pará

A Vale assinou ontem, no Pará, memorando de entendimento com o Grupo Aço Cearense para construir uma laminadora de aço que processará o aço bruto produzido pela Aços Laminados do Pará (Alpa), siderúrgica que será instalada em Marabá pela Vale. O diretor de siderurgia da mineradora, Aristides Corbellini, explicou que a Vale permanece sozinha na construção da usina de placas do Pará, investimento orçado em US\$ 2,76 bilhões.

A parceria com a Aço Cearense diz respeito apenas à segunda parte do projeto. Corbellini afirmou que a mineradora não tem, agora, interesse em iniciar negociações para atração de sócios para a primeira fase do empreendimento. "Neste momento vamos tocar este projeto (usina de placas) sozinhos. É um projeto estruturante para o Pará, um projeto de extrema importância para o País, prioridade nacional", disse.

Nos últimos meses, a Vale sofreu intensa pressão do governo por novos investimentos no País, especialmente no Pará, onde está situado o principal complexo da mineradora, Carajás. Chegou-se a especular a substituição do presidente da mineradora, Roger Agnelli, numa ação que teria influência direta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Corbellini, porém, desvinculou totalmente o anúncio da siderúrgica paraense dos recentes episódios.

"Isso não está nem em discussão. A Alpa já foi anunciada há muito tempo. O presidente Roger Agnelli prometeu isso ao presidente Lula, à ministra (da Casa Civil) Dilma (Rousseff) e à governadora Ana Júlia (Carepa, do Pará)", desconversou o executivo.

A unidade de laminação terá capacidade para produzir 710 mil toneladas de laminados

a quente por ano, 450 mil toneladas de laminados a frio e 150 mil toneladas de galvanizados. Até abril de 2010, as empresas desenvolverão um estudo de viabilidade econômica para implantar o projeto, que envolverá investimento total de US\$ 750 milhões. Caberá à Vale elaborar o projeto básico da laminadora.

A usina de placas será de inteira responsabilidade da Vale. "É claro que, se a qualquer momento, alguém quiser entrar de sócio, poderá entrar. Não somos siderurgistas. Mas o que nós não queremos neste momento é começar longas negociações com empresas que só acabam atrasando o projeto e depois não se faz nada, como aconteceu no Maranhão", disse Corbellini. No Maranhão, a Vale negociou por muito tempo a instalação de uma usina com a chinesa Baosteel, que acabou não saindo do papel, assim como outro projeto, no Espírito Santo.

Segundo o executivo, a Alpa está com o cronograma em dia. "Já recebemos todos as propostas técnicas dos grandes pacotes da usina: pelotização, coqueria, matéria-prima, alto-forno, aciaria, lingotamento contínuo, todos em fase de análise", disse. As propostas comerciais começam a ser avaliadas em janeiro a intenção da Vale é concluir o estudo de viabilidade no final de abril, para que o conselho de administração dê o aval ao investimento.

"Já entregamos o EIA Rima para a governadora no mês passado e vamos ter a licença prévia em abril do ano que vem, a licença para iniciar a terraplenagem em junho, e as obras industriais em outubro do ano que vem", disse. "O conselho de administração vai referendar essa decisão quando o estudo de viabilidade estiver completo e toda a engenharia estiver pronta. Os sócios serão bem-vindos, mas os planos de implantação, o cronograma e os investimentos serão conduzidos pela Vale", disse o executivo.

Já o projeto da laminadora, batizado provisoriamente de Aline, seguirá paralelo ao da Alpa. A Vale ficará com uma fatia de 25% da nova empresa e a Aço Cearense ficará com 75%, caso o projeto seja levado adiante. A partir da criação da empresa, o Grupo Aço Cearense ficará responsável pela implantação, operação e comercialização dos produtos. A empresa tem sede em Fortaleza e atua há 30 anos no mercado de aço. Com base no ranking do Instituto Nacional de Distribuidores de Aço (Inda), desde 2008 o grupo é o maior distribuidor independente do Brasil e o segundo maior considerando-se os distribuidores ligados às siderúrgicas.

**VEÍCULO: Valor**

**Seção: Empresas & Tecnologias**

**Autor: Vera Saavedra Durão**

**Data: 27/11/2009**

**Título: Vale avança suas usinas no CE e PA**

Depois de quatro anos de gaveta e algumas quedas de braço entre o governo do Ceará e a Petrobras por conta de fornecimento de gás, a Companhia Siderúrgica de Pecém (CSP) está saindo do papel. A parceria entre a Vale e a coreana Dongkuk Steel, segunda maior usina de aço da Coreia do Sul, assina dia 16, em evento no complexo portuário e industrial de Pecém, documento para início de obra de preparação do terreno onde será instalada a futura usina de aço. O investimento total previsto é de US\$ 4 bilhões apta a fazer por ano, numa primeira fase, 3 milhões de placas de aço para exportação.

A atual formatação societária da CSP é de 51% de participação, ou o controle, da Dongkuk e 49% da Vale, mas poderá ser alterada. Não está descartada a possibilidade de haver um terceiro sócio até 2010, apurou o Valor. A siderúrgica japonesa JFE, que era tida como sócia potencial do negócio, desistiu em maio. A direção da CSP conversa com vários potenciais interessados e pode apresentar novidades no decorrer do próximo ano. Mas a indefinição da questão societária deixa em aberto a estruturação financeira do empreendimento.

Em 12 de novembro, a CSP teve aprovada a licença prévia (LP) do órgão ambiental estadual do Ceará, o Coema. Depois da LP, estão sendo tomadas providências para o pedido da licença de instalação. O cronograma prevê entrada em operação da usina entre final de 2013 e início de 2014. As placas de aço serão fornecidas à matriz da Dongkuk e aos mercados da Europa e dos Estados Unidos.

Os sócios da usina cearense, devido as dificuldades de obter gás da Petrobras para a redução direta, mudaram o escopo do projeto e optaram pela rota de produção tradicional de aço. A siderúrgica será uma usina integrada com coqueria, sinterização, aciaria e lingotamento contínuo. No segundo semestre de 2010, terá início o processo de licitação de fornecedores de equipamentos para a CSP.

Ontem, a Vale anunciou outro passo para efetivar mais um dos quatro projetos siderúrgicos que está tocando. Assinou memorando de entendimento com a Aço Cearense para fabricar conjuntamente aços laminados em Marabá (PA), ao lado da siderúrgica Aços Laminados do Pará (Alpa), usina ainda em projeto. O documento entregue ao governo paraense ontem anuncia estudos para uma parceria que prevê investimento de US\$ 750 milhões. A laminadora vai usar placas de aço da Alpa - produção de 2,5 milhões de toneladas - como matéria-prima.

O acordo firmado com o grupo, sediado em Fortaleza e é um dos maiores distribuidores de aço no Norte e Nordeste do país, prevê parceria de 25% para a Vale e 75% para a Aço Cearense. A unidade prevê fazer 710 mil toneladas de laminado a quente, transformado desse volume 450 mil em laminado a frio e 150 mil em galvanizados (aço revestido com zinco).

A Vale se encarregou de fazer um estudo de viabilidade econômica para avaliar a criação da empresa de laminados, a ficar pronto em abril, para balizar a decisão.

**VEÍCULO: Folha de São Paulo****Seção: Colunas****Autor: Maria Cristina****Data: 30/11/2009****Título: Vale investirá R\$ 1 bi em planta no Rio****Mercado Aberto**

A Vale investirá R\$ 1 bilhão em uma laminadora na planta da CSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico), no Rio de Janeiro, segundo o governador do Estado, Sérgio Cabral.

"A decisão foi 100% da Vale, com aval da Thyssen-Krupp, e atende a pedido do presidente Lula para que a Vale faça uma siderúrgica", disse Cabral. "Para a indústria naval é importantíssimo porque baixa o custo."

Na CSA, que está em construção em Itaguaí, na região metropolitana do Rio, a Vale tem pouco menos de 30% de participação e a Thyssen-Krupp, o restante. A usina, um investimento de 5,5 bilhões em dois anos e meio, produzirá 5 milhões de toneladas por ano de aço bruto para exportação.

A Vale não confirma a decisão. Executivos da companhia estiveram reunidos com o governo do Rio para conversar sobre investimentos no Estado.

A laminadora agrega maior valor porque avança na cadeia produtiva ao sair da chapa grossa para a chapa fina, usada na indústria automobilística e em produtos da linha branca.

Os conselhos de Vale e Thyssen ainda teriam que aprovar o projeto, segundo uma fonte. "Se é que a Thyssen entrará no projeto", frisa.

Analistas de mercado são reticentes quanto às vantagens para a Vale do novo projeto. "Será melhor para o Brasil do que para a Vale", disse um especialista em mineração, que não quis ser identificado, em razão de regras da CVM.

Analistas temem que a entrada da Vale na produção de chapas finas possa colocá-la como competidora de suas clientes, como a ArcelorMittal. Dizem ainda que, entre 2013 e 2014, a demanda estará mais aquecida para produtos de laminadoras.

**VEÍCULO: Estado de São Paulo**

**Seção: Economia****Autor: Alessandra Saraiva****Data: 30/11/2009****Título: Vale investe em infraestrutura*****Mineradora anuncia que vai destinar US\$ 3,5 bilhões em 2010 para projetos de logística e de energia***

A Vale deve investir em torno de US\$ 3,5 bilhões em empreendimentos de infraestrutura em 2010. A notícia foi confirmada ontem pelo diretor de Relações com Investidores da Vale, Roberto Castelo Branco. "Infraestrutura não é nosso principal negócio, mas é muito importante para nossa competitividade no mundo", comentou o executivo.

Em palestra no 1º Congresso do Instituto Nacional dos Investidores (INI), realizado no fim de semana no Rio, o executivo detalhou o plano de investimentos para 2010. Do total destinado à infraestrutura, cerca de US\$ 2,6 bilhões serão usados em projetos de logística e em torno de US\$ 834 milhões em empreendimentos de energia.

A Vale e suas empresas controladas forma o maior grupo consumidor de energia elétrica do País. A empresa integra consórcios em seis usinas hidrelétricas, que geram 1.422 megawatts de energia. Mais uma, a de Estreito, no rio Tocantins (Maranhão), deve entrar em operação no ano que vem, com capacidade para 1.087 megawatts. Com a autogeração, a Vale reduz consideravelmente seus custos de produção.

Castelo Branco também citou alguns projetos no qual a empresa já está envolvida, como a construção de um píer no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, que faz parte do projeto de minério de ferro de Carajás Serra Sul (PA). Mas, após sua apresentação, não deu mais detalhes sobre os investimentos para o próximo ano.

**CRÍTICAS**

Em outubro, a Vale já havia anunciado que os investimentos totais para o próximo ano ficariam em torno de US\$ 12,9 bilhões. O comunicado ocorreu em meio aos rumores de descontentamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto ao pouco volume de investimentos da empresa no País durante a crise internacional.

Também presente ao evento, o analista da Vince Partners, Pedro Batista, comentou que o mercado e os investidores ficaram atentos aos rumores. Também disse que houve preocupações em relação a "até que ponto o Estado pode estar interferindo nas empresas".

A revisão dos investimentos da Vale para 2010, anunciada em outubro, elevou em mais de 30% o total destinado este ano a novos empreendimentos: US\$ 9 bilhões. Antes da crise, a Vale planejava investir US\$ 14 bilhões em 2009, mas a retração mundial reduziu o orçamento em US\$ 5 bilhões.

A decisão desagradou ao governo, que reagiu com críticas à mineradora, a maior parte delas feita diretamente pelo presidente Lula, que cobrava mais agressividade da empresa no País. As insistentes censuras de Lula geraram, na época, rumores sobre uma eventual substituição do presidente da empresa, Roger Agnelli.

**VEÍCULO: Estado de São Paulo**

**Seção: Economia**

**Autor: Alessandra Saraiva**

**Data: 30/11/2009**

**Título: Mineradora e Scania farão motor a álcool**

A Vale Soluções em Energia (VSE), empresa criada a partir de uma associação entre a Vale e o BNDES em 2007, assinou no sábado com a fabricante sueca de caminhões Scania um memorando de entendimento para acordo de cooperação tecnológica para o desenvolvimento, no Brasil, de motores para geração de eletricidade a partir do etanol e do gás natural.

A informação foi divulgada pela matriz da empresa e pelo banco por meio de um comunicado. O memorando foi assinado em Estocolmo, na Suécia.

Por meio da parceria, a Vale Soluções em Energia transformará os motores básicos da Scania em motores para diversas aplicações, entre as quais, o de geradores de energia limpa, utilizando como combustível o etanol ou etanol combinado com o gás natural.

As companhias informaram que, futuramente, os motores serão utilizados para gerar eletricidade e mover bombas e compressores em maquinários utilizados nas indústrias de mineração e agricultura. As empresas estimam que o mercado brasileiro para motores estacionários nestes segmentos é de 3.000 unidades por ano.

O acordo entre a Scania e a Vale Soluções em Energia foi assinado na presença da Ministra da Indústria sueca, Maud Olofsson, e do Ministro das Minas e Energia, Edson Lobão.

De acordo com o comunicado oficial, o ministro Lobão visitou a fábrica da Scania para conhecer como a empresa tem trabalhado para reduzir o impacto ambiental de seus produtos.